



CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

NAYARA DANIELE DE SOUZA FERREIRA

DISLEXIA, UM DOS ENTRAVES DA EDUCAÇÃO

Apucarana
2017

NAYARA DANIELE DE SOUZA FERREIRA

DISLEXIA, UM DOS ENTRAVES DA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Apucarana – FAP, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Sirley Biage Maldonado

Apucarana
2017

NAYARA DANIELE DE SOUZA FERREIRA

DISLEXIA, UM DOS ENTRAVES DA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Apucarana – FAP, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, com nota final igual a _____, conferida pela Banca Examinadora formada pelos professores:

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a Sirley Biage Maldonado
Faculdade de Apucarana

Prof.
Faculdade de Apucarana

Prof.
Faculdade de Apucarana

Apucarana, ____ de _____ de 2017.

AGRADECIMENTOS

À Deus primeiramente, por ser bom, misericordioso e fiel e por ter me dado sabedoria para concluir esse trabalho. Aos meu pais, que são o alicerce da minha vida, especialmente a minha querida mãe pela dedicação, determinação na minha formação, por me encorajar a ser melhor todos os dias e por ter sempre um abraço me esperando depois de um dia difícil. Aos meus irmãos pelo apoio incondicional, paciência e amor. Sem vocês, esse trabalho e muitos dos meus sonhos não se realizariam

Não poderia deixar de agradecer as minhas amigas e companheiras: Karen, Patrícia, Camila e Isabela, pela amizade e companheirismo em todos os momentos desse curso. Obrigada! Vocês tornaram minha caminhada no decorrer desses 4 anos mais fácil e alegre.

À minha querida e amável professora e orientadora Sirley Biage Maldonado, pelo auxílio e compreensão comigo sempre que necessário durante a elaboração desse trabalho.

Aos professores desse curso, por ministrarem as aulas com maestria, contribuindo para minha formação pessoal e profissional.

E, por fim, a todos que contribuíram de alguma forma com a elaboração desse trabalho. Obrigada a todos!

Não te mandei eu? Esforça-te, e tem bom ânimo; não pasmem, nem te espantes; porque o Senhor teu Deus é contigo, por onde quer que andares.

Josué 1:9.

FERREIRA, Nayara Daniele de Souza. **Dislexia, um dos entraves da educação.** 61p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Graduação de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Apucarana - FAP. Apucarana- Pr. 2017.

RESUMO

O presente trabalho atenta para a dislexia, sendo uma dificuldade de aprendizagem cada vez mais frequente dentro de sala de aula, que afeta a leitura, escrita e soletração de crianças em todos os níveis, principalmente em idade escolar. Logo, é necessário o comprometimento de todos os envolvidos no processo de aprendizagem da criança, para saber o que é a dislexia, quais as consequências, como é o diagnóstico e a forma de amenizar essa dificuldade, facilitando a aprendizagem dessas crianças, sendo também necessária a intervenção pedagógica e a formação continuada para o docente manter-se sempre atualizado. Para atingir o exposto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, que foi estruturada através de um questionário entregue em uma escola de Ensino Fundamental I, da rede municipal de ensino, que teve como objetivo identificar e discutir a dislexia como sendo um dos entraves educacionais, que compromete a capacidade de ler, de entender as palavras manuscritas ou impressas, de escrever e soletrar palavras, que teve como resultado a dislexia como um entrave existente, mas que apresenta melhoras quando existe o conhecimento por parte dos professores em relação ao termo, o encaminhamento precoce e a intervenção feita da forma correta e por profissionais qualificados.

Palavras-chave: Dislexia. Entrave. Aprendizagem.

FERREIRA, Nayara Daniele de Souza Ferreira. **Dislexia, um dos entraves da educação**. 61p. Nursing Graduation Work (Monograph). FAP – College of Apucarana - FAP. Apucarana-Pr. 2017.

ABSTRACT

The present work focuses on dyslexia, being an increasingly frequent learning difficulty within the classroom, which affects the reading, writing and spelling of children at all levels, especially at school age. Therefore, it is necessary the commitment of all those involved in the learning process of the child, to know what dyslexia is, what the consequences are, how is the diagnosis and how to soften this difficulty, facilitating the learning of these children, it is also necessary The pedagogical intervention and the continuous training for the teacher to keep up to date. To reach the above, a bibliographical research and a field research with a qualitative approach was carried out, which was structured through a questionnaire delivered at a Primary School I, of the municipal school network, whose objective was to identify and discuss dyslexia As one of the educational obstacles, which compromises the ability to read, to understand handwritten or printed words, to write and spell words, which has resulted in dyslexia as an existing obstacle, but which presents improvements when there is knowledge by the Teachers in relation to the term, early referral and intervention done in the correct way and by qualified professionals.

Keywords: Dyslexia. Impairment. Learning.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Em qual área atua?	41
Gráfico 2 - Qual é seu tempo de docência	42
Gráfico 3 - Qual sua formação acadêmica?	43
Gráfico 4 - Para seu aperfeiçoamento profissional, você se utiliza de qual ferramenta?	44
Gráfico 5 - Você tem conhecimento em relação ao termo dislexia?	45
Gráfico 6 - Para você, qual das opções definem dislexia/	46
Gráfico 7 - Já teve algum aluno disléxico durante seus anos de docência?	47
Gráfico 8 - Hoje em dia, possui algum aluno disléxico no contexto escolar de sua atuação?	48
Gráfico 9 - Quando o aluno apresenta dificuldade, você o encaminha para?	49
Gráfico 10 - Quando o aluno recebe o diagnóstico com acompanhamento de uma equipe multidisciplinar, ele apresenta melhoras?	50

LISTA DE SIGLAS

ABD Associação Brasileira de Dislexia

AND Associação Nacional de Dislexia

DA Dificuldades de Aprendizagem

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM.....	12
2.1	Aprendizagem.....	12
2.2	Inclusão.....	13
2.3	Tipos de Dificuldades de Aprendizagem	18
2.4	A Dislexia	20
2.4.1	Tipos de Dislexia	23
3	O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS DISLÉXICOS	25
3.1	A Aquisição da Leitura e da Escrita	25
3.2	Dislexia e Alfabetização	28
4	A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE NO TRABALHO COM O ALUNO DISLÉXICO	32
4.1	Diagnóstico Precoce	32
4.2	Intervenção Pedagógica	34
4.3	Formação Continuada	36
5	METODOLOGIA.....	38
5.1	Local da Pesquisa.....	38
5.2	Participantes da Pesquisa	39
5.3	Instrumento.....	39
5.4	Procedimento de Pesquisa.....	40
6	ANÁLISE DE DADOS.....	41
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
	REFERÊNCIAS.....	53
	APÊNDICE.....	59
	APÊNDICE A - Modelo de questionário.....	60

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre as dificuldades de aprendizagem presentes em sala de aula, especificamente a dislexia, no Ensino Fundamental I, das escolas públicas municipais.

O interesse de pesquisar sobre o tema surgiu a partir de observações feitas no dia a dia em sala de aula, visto que é cada vez mais frequente nas escolas municipais, onde crianças em determinado momento sofrem com a dislexia no processo de aprendizagem. Com esta pesquisa, pretende-se contribuir para o crescimento intelectual, pessoal e profissional de todos os que estão em contato com a escola e para um olhar mais amplo da sociedade sobre o tema.

Para compreender as dificuldades de aprendizagem (DA) é importante entender o significado de aprendizagem. De acordo com Sisto (2001 apud FERREIRA, 2008) é o processo que se adquire, inteligência, referência, fundamentado nas estruturas intelectuais existentes.

Adverso a esse conceito surge então as chamadas dificuldades de aprendizagem, conforme salientam Grigorenko e Sternemberg (2003), nada mais é que a inabilidade do ser humano em realizar determinadas atividades, podendo manifestar-se na leitura, escrita, fala, no pensar, entre outros aspectos.

Conforme ressalta Pontarolo (2008) nos últimos anos as instituições de ensino tem se deparado com grandes índices de crianças com dislexia, devido a mesma e uma junção de outros fatores, há um grande número de alunos que fracassam na escola, resultando na falta de autoestima, motivação nos estudos, reprovações e até mesmo evasão escolar.

Portanto, mediante esses problemas é importante a participação ativa de todas as pessoas que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem. Sendo fundamental que todos os envolvidos estejam bem preparados, para que juntos possam buscar alternativas que venham solucionar o problema da melhor forma.

A partir da pesquisa bibliográfica realizada, chegamos ao seguinte problema de pesquisa: A dislexia constitui-se em um dos entraves educacionais que comprometem a capacidade de ler, entender as palavras manuscritas ou impressas para escrever e soletrar palavras?

Logo, esta pesquisa tem como foco, identificar e discutir a dislexia como sendo um dos entraves educacional que compromete a capacidade de ler, de entender as palavras manuscritas ou impressas, de escrever e de soletrar palavras.

Para atender o objetivo geral, foi proposto os seguintes objetivos específicos: aprofundar e descrever a dislexia, causas, sintomas e sugestões de intervenções, pesquisar a razão pela qual professores e alunos ainda sofrem com as dificuldades de aprendizagem decorrentes da dislexia e avaliar os dados coletados com base na fundamentação teórica.

Esta pesquisa aborda três capítulos: no primeiro, dificuldades de aprendizagem, onde foi abordado como se constitui o processo de aprendizagem, a inclusão, as dificuldades de aprendizagem específicas (dislexia, discalculia, disortografia e disgrafia) e por fim foi descrito sobre a dislexia e os tipos de dislexia. O segundo versou sobre o processo de aprendizagem dos disléxicos, a aquisição de leitura e escrita e como é a alfabetização desses alunos. O terceiro e último capítulo, refere-se a importância da formação docente no trabalho com crianças com dislexia e a importância da formação continuada dos professores. Foi descrito também a importância do diagnóstico precoce e sobre o trabalho realizado através da intervenção pedagógica.

2 AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

A aprendizagem é um processo que acontece naturalmente durante o desenvolvimento do ser humano, porém algumas pessoas apresentam dificuldades tornando o processo complexo e tumultuado. Com isso a aprendizagem pode se dar de maneira acolhedora e positiva ou desencadear diversos distúrbios que impedem um desenvolvimento rico e sequenciado.

2.1 Aprendizagem

A capacidade em aprender do ser humano está presente na vida desde o nascimento, sendo um fenômeno contínuo que acontece dia a dia, evoluindo conforme o sistema nervoso e as estruturas cerebrais amadurecem. Enfocar a aprendizagem como um processo complexo, estruturado a partir de um ato motor e perceptivo que é elaborado corticalmente e dá origem à cognição, é dizer que a aprendizagem não se “configura nem define uma estrutura como tal” (PAIN, 1986, p.15).

Para Vigotski (2006 apud MIRANDA; SOUZA, 2013, p.6):

A aprendizagem é um processo exterior paralelo ao processo de desenvolvimento da criança, esta não parte do zero, antes da criança ser inserida na escola ocorre todo um processo pré-histórico, ou seja, a aprendizagem escolar nunca começa no vácuo, mas é precedida sempre de uma etapa perfeitamente definida de desenvolvimento, alcançado pela criança antes de entrar para a escola.

Krieger (2013) aponta alguns fatores importantes para que o processo de aprendizagem aconteça de forma significativa (memória e motivação). Na memória encontra-se a base neurobiológica localizada nas estruturas do cérebro onde ocorre a formação e armazenamento de informações. Segundo Sadock, Grebb e Kaplan (1997, p.196) “a aprendizagem começa com a captação de um estímulo ambiental pelos sentidos que é transformado em um traço ou elo de memória”.

A motivação, outro fator importante, é necessária para que o aluno tenha impulso e desejo em aprender. Logo a estratégia de ensino do professor enquanto mediador do conhecimento dentro de sala de aula é primordial para atingir e despertar o interesse do que é proposto aos educandos. Cita Guerra e Pereira e

Lopes (2004, p.1) que, “as estratégias pedagógicas utilizadas pelo educador no processo de ensino e aprendizagem são estímulos que reorganizam o sistema nervoso em desenvolvimento, produzindo aquisição de comportamentos, objetivo da educação”.

La Rosa (2003) afirma que para que a aprendizagem aconteça, existem algumas condições que podem beneficiar ou dificultar, como as físicas, psicológicas, ambientais e sociais.

As condições físicas seriam as condições orgânicas, incluindo o mesmo nível de maturação física e psicológica que permitem aos alunos da mesma faixa etária a aprendizagem de determinados conteúdos. As condições psicológicas estão relacionadas à motivação que direciona o ser humano à aprendizagem. O autor relata dois tipos de motivação: A motivação intrínseca que relaciona-se ao impulso que direciona o indivíduo ao desenvolvimento em alcançar determinados objetivos e a motivação extrínseca que está relacionada a fatores externos do indivíduo.

As condições ambientais influem em boas condições físicas, luz, iluminação, ventilação, tornando o local de aprendizagem um ambiente acolhedor e agradável. As condições sociais estão relacionadas à facilitação social, trabalho em conjunto, integração das pessoas.

Entretanto, é importante ressaltar que apesar de todos os fatores citados, cada pessoa tem seu tempo, suas potencialidades, limitações e habilidades para aprender. Cabe ao professor buscar metodologias adequadas que estimulem seus alunos, respeitando e motivando de acordo com capacidade de cada um.

2.2 Inclusão

Ao se designar Educação Inclusiva nomeadamente por inclusão de alunos com condições de deficiência na escola regular, automaticamente se espera que isto aconteça de maneira calma e satisfatória, mas a realidade educacional atualmente nos revela uma contradição, no que seria de verdadeira normalidade. Este tema tem proporcionado artigos, experiências, reflexões intensas e dúvidas variadas sobre o encaminhamento metodológico a ser adotado para que a inclusão se estabeleça menos conflituosa e estressante no interior das escolas.

Para Mantoan (2007) o conceito de inclusão é um processo capaz de oferecer a todos os alunos a mesma oportunidade educacional, reconhecendo as

diferenças e as especificidades de cada um. Logo, a inclusão tem por finalidade combater a exclusão e promover a igualdade a tudo e para todos.

Fumegalli (2012, p.19) complementa:

Quando se fala de uma sociedade inclusiva, pensa-se naquela que valoriza a diversidade humana e fortalece a aceitação das diferenças individuais. É dentro dela que se aprende a conviver, contribuir e construir juntos um mundo de oportunidades reais (não obrigatoriamente iguais) para todos.

A Educação Inclusiva passou por diversas etapas, desde a exclusão, integração, até o processo de inclusão na rede regular de ensino de pessoas portadoras com necessidades especiais.

Até meados do século XX o que se via no cenário educacional e social era a prática de exclusão e total desprezo, onde pessoas portadoras de alguma deficiência eram impedidas de conviver em sociedade e consideradas incapazes de aprender. Segundo Barbosa (2013) por muito tempo os deficientes foram desprezados e considerados como estorvo até mesmo pelas famílias, não havia perspectiva nenhuma para eles.

A partir do século XX, teve início alguns avanços significativos com a criação de instituições especializadas no tratamento aos deficientes. Em 1926 é criado o Instituto Pestalozzi que atendia pessoas com deficiências mentais; em 1945 foi criado por Helena Antipoff o primeiro atendimento especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi; e em 1954 foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Alunos Excepcionais.

Surgindo alguns movimentos e Leis, o direito da participação ativa de pessoas com necessidades especiais na sociedade e em todos os ambientes, passaram a ser assegurados de forma legal.

No ano de 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos deu o pontapé inicial conforme o art 7º:

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, p.3).

Em 1990 de 5 a 9 de Março foi elaborada a Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien na Tailândia, afirmando que a educação é direito de todos e que por meio da mesma seria possível alcançar um mundo mais seguro, mais próspero, mais tolerante de forma que favoreça o progresso e a equidade social.

No ano de 1994, no dia 10 de Junho, foi promulgada na Espanha a Declaração de Salamanca, considerada um dos principais documentos mundiais por fornecer princípios, políticas e práticas para a educação especial. A mesma reafirma o direito a educação de todos independente das diferenças individuais de cada um ressaltando o quão importante é que o Estado, poder público, comunidade, família, escola, agências especializadas e os demais envolvidos no processo de construção da educação se empenhem em buscar melhorias para o acesso de crianças especiais nas escolas, de forma que todos sejam acolhidos e recebam suporte quando necessário para que tenham participação ativa no sistema educacional.

A Declaração de Salamanca sustenta a política de inclusão nas escolas, o direito a mesma oportunidade de aprendizagem e a construção de um ambiente livre de toda e qualquer forma de discriminação ou preconceito.

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.5).

Diante do processo de inclusão Cavalcante (2005) ainda ressalta que o principal motivo dessas crianças estarem nas escolas é poderem compartilhar umas com as outras suas características e diferenças, sejam elas quais forem, por esse motivo a inclusão é algo transformador.

Segundo Mantoan (2003, p.16) “as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que a mesma é estruturada em função dessas necessidades”.

Em 2001 ocorreu em Montreal no Canadá a Declaração de Montreal sobre a deficiência intelectual, a mesma assegurava especificamente o direito e liberdade dos deficientes intelectuais, assim como das demais pessoas. Segundo o art.º 7:

Os Estados têm a obrigação de proteger, respeitar e garantir que todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e as liberdades das pessoas com deficiência intelectual sejam exercidos de acordo com as leis nacionais, convenções, declarações e normas internacionais de Direitos Humanos (...). (DECLARAÇÃO DE MONTREAL, 2001, p.2).

Com a proposta de democratização do ensino no Brasil, em 1988 ocorre a primeira Constituição Federal que explicita segundo o Art. 208, inciso III o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, afirmando conforme Art 5º que todas as pessoas são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Portanto de acordo com o inciso VII, do § 1º, do Art. 208 da Constituição Federal, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

O inciso II, § 1º, Art. 207, prevê a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. Conforme o § 2, a “construção de logradouros e edifícios de uso público, a fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”.

A Lei nº. 853/89 “dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiências, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais” (BRASIL, 2001, p.3).

De acordo com a Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, assegura segundo o § 1º, do Artº 11 que “a criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação” (BRASIL,1990, p.5).

Na perspectiva da Lei nº 9394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação básica, conforme o inciso III, do Artº 4:

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Evidenciando no capítulo V as disposições no Artº 58, Artº 59, Artº 60 em relação a Educação Especial.

Conforme a Lei nº 10.098/00, Artº1 das Disposições Gerais:

Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000, p.2).

A Lei n.º 10.172/01 aprova o Plano Nacional para todas as etapas da Educação Básica incluindo a Educação Especial, definindo 27 objetivos, metas e diretrizes para assistência às pessoas com necessidades especiais.

E por fim a Lei nº. 13.146/15 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que é um marco para as pessoas com necessidades especiais. Segundo o Artº2

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Falar de inclusão nos dias atuais ainda é um desafio, pois ainda que seja assegurado por lei o direito de participação dos alunos portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino de forma inalienável, ainda há uma grande barreira a ser superada. As escolas não estão totalmente preparadas, ora pela falta de recursos físicos, ora por falta de professores capacitados, ora pela falta de informação por parte das famílias e principalmente pela existência do preconceito dentro das unidades escolares.

De acordo com Carvalho (2003, p.77):

A letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas.

Portanto, a inclusão não deve ser assegurada apenas por lei, mas sim por um conjunto de ações e intenções que resultem na construção do modelo ideal de escola inclusiva capaz de oferecer uma educação de qualidade a todos, pois conforme previsto no Artº 7 da Lei 13.146/15 “todas as pessoas com deficiência são iguais perante a lei e não sofrerão nenhuma espécie de discriminação”. (BRASIL, 2015, p.3).

A proposta inclusiva estabelece para o sistema educacional vários desafios: conscientização da comunidade escolar e da sociedade em geral sobre a nova maneira de entender e educar esses alunos; investimento sério na preparação continuada da equipe escolar; preparação de pessoas especializadas na área em nível de graduação e pós-graduação para prestar apoio aos professores generalistas; formação em nível de mestrado e doutorado de professores formadores de professores e outros profissionais para o atendimento educacional e para o desenvolvimento de pesquisas que possam subsidiar a ação educativa empreendida.

Ainda, a estruturação de métodos, técnicas e recursos de ensino adequados a este alunado; a adaptação de currículos para atender às necessidades e especificidades dos alunos em classes regulares; o envolvimento de pais e pessoas da comunidade ampla neste processo. (MARTINS apud SILVA, 1999, p.78).

Em vista a tantos desafios cabe a escola a responsabilidade de detectar dentre as dificuldades, qual o aluno apresenta, suas causas e a melhor intervenção que o leve a aprendizagem, respeitando seus limites e especificidades.

2.3 Tipos de Dificuldades de Aprendizagem

Em tempos atuais as instituições de ensino tem se deparado com grandes índices de crianças que em algum momento da vida escolar apresentam dificuldades de aprendizagem (DA), fator que dificulta o progresso escolar.

As dificuldades de aprendizagem são facilmente confundidas com indisciplina, preguiça, falta de vontade, pois alunos que apresentam DA não acompanham o ritmo de aprendizagem da turma. De acordo com Smith e Strick (2001) professores e pais devem estar atentos a sinais de dificuldade que os alunos vem apresentando no processo de aprendizagem como: atrasos desenvolvimentais, desempenho inconsciente, perda de interesse em aprender, comportamentos emocionais persistentes, perda de confiança, falta de autoestima, trabalhos inacabados.

É necessário sensibilidade, preparação e parceria entre todos os envolvidos na vida do educando para saber compreender, aceitar e buscar alternativas que solucionem o problema para que assim seja ofertado uma educação de qualidade para todos.

Segundo Correia e Martins (apud FERREIRA, 2015, p.8):

As dificuldades podem advir de fatores emocionais, sejam eles por cansaço, tristeza, agitação, dentre outros fatores que interferem no processo de aprendizagem, ou por fatores orgânicos, que são consideradas desordens neurológicas que interferem na recepção, integração ou expressão da informação e se manifestam por dificuldades significativas na aquisição e uso da audição, fala leitura, escrita, raciocínio, habilidades matemáticas ou habilidades sociais.

Entretanto, as DA não devem ser associadas a um único fator, pois na maioria das vezes as causas permanecem incertas.

A primeira definição para o termo Dificuldades de Aprendizagem foi citada por Samuel Kirk:

Uma dificuldade de aprendizagem refere-se a um retardamento, transtorno ou desenvolvimento lento em um ou mais processos da fala, linguagem, leitura, escrita, aritmética, ou em outras áreas escolares, resultantes de um handicap causado por uma possível disfunção cerebral e/ou alteração emocional ou condutal. Não é resultado de retardamento mental, ação sensorial ou fatores culturais e instrucionais. (KIRK, 1962, apud FERREIRA, 2015, p.9).

Segundo Smith e Strick (2001), dificuldades de aprendizagem são desordens neurológicas que interferem na capacidade do cérebro de entender, receber, processar informações, ou dominar certas habilidades. Do ponto de vista educacional as (DA), são dificuldades na escrita, leitura, conceitos matemáticos...

As dificuldades de aprendizagem específicas presentes em salas de aula são: dislexia, discalculia, disgrafia e disortografia.

De Acordo com Correia (2008, p.46):

As dificuldades de aprendizagem específicas dizem respeito à forma como um indivíduo processa a informação – a recebe, a integra, a retém e a exprime –, tendo em conta as suas capacidades e o conjunto das suas realizações. As dificuldades de aprendizagem específicas podem, assim, manifestar-se nas áreas da fala, da leitura, da escrita, da matemática e/ou da resolução de problemas, envolvendo défices que implicam problemas de memória, preceptivos, motores, de linguagem, de pensamento e/ou metacognitivos. Estas dificuldades, que não resultam de privações sensoriais, deficiência mental, problemas motores, défice de atenção, perturbações emocionais ou sociais, embora exista a possibilidade de estes ocorrerem em concomitância com elas, podem, ainda, alterar o modo como o indivíduo interage com o meio envolvente.

Dislexia: De origem neurobiológica, é um transtorno de aprendizagem que se caracteriza pela dificuldade na leitura e escrita e soletração de palavras, letras, símbolos e números.

Discalculia: Distúrbio de aprendizagem que se caracteriza pela dificuldade em compreender conceitos matemáticos.

Disortografia: Distúrbio de aprendizagem relacionado a linguagem escrita, onde há substituição de grafemas e fonemas, omissão, junção e separação indevida das letras, falta de percepção dos sinais de pontuação e acentuação. A disortografia pode ser resultado da dislexia.

Disgrafia: Dificuldade de aprendizagem que tem como característica a escrita ilegível de letras e palavras, inferior a idade. A disgrafia, pode ser decorrente da dislexia.

2.4 A Dislexia

O transtorno de leitura ou dislexia, foco principal desta pesquisa, se apresenta no aluno e é diagnosticada no final da fase de educação infantil e no 1º ano do Ensino Fundamental, o melhor prognóstico é aquele que acontece precocemente, no entanto na idade adulta também é realizado diagnóstico e tratamento.

A primeira vez que a dislexia foi diagnosticada, foi pelo médico neurologista britânico Pringle Morgan em 1896, quando apresentou um caso de um jovem de 14 anos que embora se comunicasse bem, apresentava dificuldades na leitura e escrita, e ele a chamou de cegueira verbal congênita, definindo-a como transtorno de aprendizagem na leitura e escrita. O caso foi comparado ao de dois adultos que após uma lesão cerebral apresentavam problemas na leitura, assim Morgan e Hinshelwood descreveram como um déficit grave, isolado, que ocorria em alunos inteligentes, a dislexia recém descoberta. (EVANS, 2006).

Dislexia origina-se da palavra estrangeira, onde “*dis*” (latina) significa dificuldade e *lexia* (grega) que dizer palavras, portanto é uma dificuldade na linguagem e leitura.

Estima-se que 10 a 15% da população mundial é disléxica. No Brasil segundo a Associação Brasileira de Dislexia (2006) de 10 a 12 anos em média, 40% são diagnosticados em graus severos, 40% em graus moderados e 20% em grau leve. Teixeira (2006) aponta que o transtorno acomete 3 a 4% de crianças em idade escolar, sendo mais proveniente em meninos do que em meninas.

Definida como um transtorno de aprendizagem específico da linguagem, a dislexia se caracteriza pela dificuldade na aquisição da leitura e escrita que impede a decodificação e soletração das letras, palavras e símbolos (TEIXEIRA, 2006).

A Associação Brasileira de Dislexia (2006, p.1) define como um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, “caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração”.

Segundo Teixeira (2006) aprender a ler é um processo essencial e complexo para o ser humano e para que tal ação aconteça é necessário uma decodificação rápida das letras que formam uma palavra. O processo de aprendizagem da leitura é dividido em duas funções, sendo: atividade da análise, onde ocorre a decodificação e o reconhecimento da palavra, a segunda função seria o processo de formação de frases, onde ocorre à compreensão dos enunciados e à relação com conhecimentos prévios.

Teixeira (2006) ainda aponta que crianças disléxicas apresentam dificuldade na análise, sendo assim, em um segundo momento o processo de formação de

frases é prejudicado fazendo com que a criança apresente leitura lenta e monossilábica, tropeço ao ler palavras longas, tentativa de adivinhação de palavras e dificuldades em entender o que está sendo lido.

Lyon (2003 apud FERREIRA, 2015, p.10) complementa que para uma aprendizagem completa da leitura e escrita, são necessárias algumas condições, “como qualidade da leitura realizada pelas crianças nos primeiros anos de vida, atrelada à boa oralidade e também à correlação com o conhecimento de mundo”.

De acordo com Mousinho (2004) há uma série de aspectos relacionados a leitura que contribuem para uma aprendizagem significativa, dentre eles: a análise que incluem a identificação e reconhecimento das palavras, os processos de construção que incluem a assimilação sintático-semântica, o acesso aos significados e compreensão dos enunciados e a relação com os conhecimentos prévios. Ambos são fundamentais para a aprendizagem da leitura. O problema do disléxico se concentra nas funções básicas da análise.

Uta Frith (apud MOUSINHO, 2004) descreve que toda criança durante o processo de aprendizagem da leitura e escrita passam por três estágios, tais quais: logográfica, alfabética e ortográfica.

A estratégica logográfica consiste na correlação global da palavra escrita com o significado. Exemplo: Memoriza-se as palavras associando a um desenho, não analisando quando há alguma alteração na escrita. A alfabética consiste em decodificar fonemas-grafemas ouvidos em palavras escrita.

O terceiro estágio é a estratégia ortográfica que consiste em ler e escrever a palavra apresentada e observar semelhanças lexicais de palavras conhecidas para escrever novas palavras, podendo também haver escritas de palavras irregulares.

Dentre as três estratégias os disléxicos apresentam uma dificuldade mais significativa na alfabética, por terem menor afinidade na leitura e lentidão para a atividade, levando a uma dificuldade ao interpretar textos lidos mentalmente.

Durante muito tempo a dislexia não era compreendida e percebida por profissionais médicos, professores e pais; hoje, ela é entendida como um grande desafio educacional e social.

Teixeira (2008) cita alguns sintomas apresentados por pessoas disléxicas: atraso na aquisição da linguagem, dificuldade de alfabetização, dificuldades em se lembrar, aprender e memorizar o nome das letras, tabuadas, figuras geométricas e

mapas, trocas na fala, dificuldades para aprender ler, escrever e soletrar, nível de leitura abaixo do esperado para sua série, leitura vagarosa e com erros, vocabulário pobre para a idade, erros ortográficos, dificuldades na habilidade motora fina, entre outras. Todos estes sintomas afetam o desenvolvimento escolar ou atividades do dia a dia que exigem o uso da leitura.

As causas da dislexia não são conclusivas, mas acredita-se em uma disfunção cerebral do processamento temporal em que funções de percepção, armazenamento, nomeação e acesso a informação estão comprometidos. Visto que o processo de leitura envolve o giro temporal esquerdo, o lobo temporal esquerdo e o giro de Wernicke, onde ocorre a decodificação fonológica, sendo assim, uma deficiência em qualquer uma dessas áreas pode acarretar uma dificuldade específica da leitura e escrita (TEIXEIRA, 2008).

2.4.1 Tipos de Dislexia

Existem diversas classificações para a dislexia dependendo do ponto de vista de diferentes autores. Nunes (2003 apud Ferreira 2015) aponta que não há como comparar uma criança que apresenta dislexia com a outra, pois um grupo não apresenta os mesmos problemas no processo de leitura e escrita, sendo assim há diferentes formas da criança apresentar dificuldades nesse processo, portanto autores classificam a dislexia de acordo com testes feitos por profissionais capacitados.

Segundo Oliver (2008) a dislexia pode ser classificada em:

- Dislexia cognitiva ou inata: Nasce com o ser humano. Uma das possíveis causas é a alteração nos hemisférios, onde são encontrados de tamanhos invertidos ou iguais, quando na verdade o esquerdo deveria ser maior que o direito, trazendo consequências no processo de aquisição da leitura e escrita, fazendo com que o indivíduo não consiga ser alfabetizado ou quando chega, apresenta muita dificuldade em compreender e guardar na memória o conhecimento. Geralmente este tipo é incurável, tendo apenas tratamentos realizados por uma equipe multidisciplinar, que amenizam os sintomas;

- Dislexia adquirida surge por consequência de acidentes que afetam o cérebro, acidente vascular cerebral (derrame), anóxias (falta de oxigenação no

cérebro). O indivíduo que antes lia e escrevia normalmente, passa por processos que impedem ou dificultam a aquisição da leitura. Tem grandes possibilidades de cura se houver um acompanhamento e adaptação, pois não envolve alterações hemisféricas;

- Dislexia Ocasional surge em determinadas ocasiões causadas por fatores externos, como estresse, excesso de atividades, hipertensão, entre outros. É necessário buscar profissionais e tratamentos adequados que analisem os fatores causadores do problema para que a pessoa volte a rotina normalmente.

Conforme Ianhez (2002, p.35):

- Dislexia disfonética: dificuldades de percepção auditiva na análise e síntese de fonemas. Maior dificuldade na escrita do que na leitura.
- Dislexia diseidética: dificuldades na percepção visual, apresenta leitura silábica. Maior dificuldade na leitura do que na escrita.
- Dislexia visual: deficiência na percepção visual, não visualiza cognitivamente o fonema.
- Dislexia auditiva: deficiência na percepção auditiva, não audiabiliza o fonema.
- Dislexia mista: combinação de mais de tipo de dislexia.

De acordo com Mojen apud Rota (2006) classifica-se a dislexia em: Fonológica, Lexical e Mista.

A Dislexia Fonológica: Caracteriza-se por uma dificuldade na rota fonológica, apresentando um funcionamento aceitável na rota lexical. Portanto a dificuldade maior está em ler palavras não familiares, sílabas sem sentido ou pseudopalavras. Depara-se com dificuldades em tarefas que envolvam memória e consciência fonológica.

Dislexia Lexical: Enquanto a via fonológica encontra-se preservada, a principal dificuldade se encontra na via lexical, tornando-a impossibilitada. Sendo assim, os disléxicos leem devagar, errando com frequência devido a leitura de palavras irregulares por não utilizarem a forma mais frequente de leitura, apesar de conhecer diversas formas de ler as letras.

Dislexia Mista: O problema se encontra no comprometimento da rota visual e fonológica. São situações graves que se não houver acompanhamento e diagnóstico precoce, o indivíduo não aprende a ler e escrever, resultando em repetência e evasão, pois o aluno sente-se desestimulado para aprender.

3 O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS DISLÉXICOS

O processo de aquisição da leitura e da escrita acontece naturalmente dentro e fora da escola. Inseridas no ambiente familiar as crianças já tem contato com um universo construtor da linguagem escrita e falada, daí a necessidade do estímulo dos familiares para que ela se desenvolva gradativamente e este processo pode ser interrompido ou desviado pelos distúrbios de aprendizagem, dentre eles o mais encontrado nas salas de aulas, a Dislexia.

3.1 A Aquisição da Leitura e da Escrita

Diferentemente do que se pensava até pouco tempo, o processo de aquisição da leitura e da escrita não se dá somente no ambiente escolar, pelo contrário, o ambiente escolar atua como uma espécie de organizador do processo de letramento, o qual se inicia no ambiente familiar e na comunidade que a criança pertence. Diante desta afirmação sabe-se o quanto é importante à estimulação que a criança recebe no seu dia-a-dia para que se sinta seduzida a entrar no universo da palavra.

O processo de alfabetização, é composto por duas etapas de aquisições, sendo a leitura e a escrita atividades que devem ser conduzidas paralelamente. Sendo assim, considera-se alfabetizado o indivíduo que domina as habilidades básicas da leitura e escrita.

Peres (2002 apud MARTINS; SPECHELA, 2012, p.5) cita:

A alfabetização é um processo que, ainda que se inicie formalmente na escola, começa de fato, antes de a criança chegar à escola, através das diversas leituras que vai fazendo do mundo que a cerca, desde o momento em que nasce e, apesar de se consolidar nas quatro primeiras séries, continua pela vida afora. Este processo continua apesar da escola, fora da escola paralelamente à escola.

Ferreiro (1999 apud DUARTE; ROSSI; RODRIGUES, 2008, p.3) complementa:

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita.

Portanto, o ato de alfabetizar acontece dentro e fora das escolas. O ambiente escolar opera, como organizador sistematizado do processo de aquisição da leitura e escrita, levando em conta e atribuindo sentido aos processos já iniciados a partir das interações sociais estabelecidas pelo ser humano, no ambiente e comunidade a qual ele pertence.

Ferreiro (2001) aponta sobre as concepções a respeito do sistema de escrita, onde a criança pode conhecer o nome e valor convencional das letras, mas não saber representá-las graficamente; outras compreendem o sistema sem ter recebido conhecimento das letras particulares. A forma mais clara de compreender as explorações que a criança realiza em relação a escrita é observando as produções independentes que não são resultantes de cópias.

As primeiras escritas infantis aparecem do ponto de vista gráfico que está relacionado a qualidade do traço, orientação, distribuição espacial das formas, a direção dos caracteres individuais. Desse ponto a escrita se caracteriza por linhas onduladas, ziguezague contínuas ou fragmentadas, ou com elementos repetidos.

Já os aspectos construtivos da escrita estão relacionados às representações e os meios utilizados para criar diferenças dessas representações. A escrita segue uma linha evolutiva por meio das culturas, línguas e diversas situações educativas. Dentre esse aspecto, há três períodos:

Distinção entre o modo de representação icônico e não icônico: Período das distinções que sustentam as construções subsequentes, as diferenciações gráficas figurativas e não figurativas e compreensão das passagens da escrita como objeto substituto por outro.

A construção de formas de diferenciação (variação sobre os eixos qualitativos e quantitativos): Período que descreve o esforço intelectual das crianças na construção de formas de diferenciações entre as escritas. Inicialmente os critérios de diferenciações são intrafigurais, os quais consistem nas características que um

texto deve possuir para que seja significativo e esses critérios se expressam de forma:

- Quantitativa: refere-se à quantidade mínima de letras que se deve ter ao escrever algo para que possa lhe atribuir sentido;
- Qualitativa: refere-se às variações gráficas que um escrita deve ter para que possa ser interpretado.

Em um próximo passo os critérios são interfigurais, momento onde se cria modos sistemáticos de diferenciações para garantir diferentes formas de interpretações entre as escritas produzidas.

Fonetização da escrita: Período silábico alfabético onde ocorre a passagem dos esquemas prévios que devem ser abandonados aos esquemas futuros que devem ser construídos

Quanto ao processo da construção da escrita, Emília Ferreiro e Ana Teberosky (2009 apud NOGUEIRA; SILVA, 2014) definem cinco níveis estruturais da linguagem no qual a criança passa: nível pré- silábico, silábico, silábico alfabético, e alfabético.

Nível Pré-Silábico: Nessa etapa a criança não relaciona a escrita e a pronúncia, não desconfiando que as letras têm qualquer relação com a linguagem oral. Ela representa a escrita através de desenhos e letras, utilizando-as eventualmente sem repetições e com critérios de palavras com até três letras. As presunções da escrita são baseadas na quantidade e no tipo de grafismo; acredita-se que para escrever o nome de objetos grandes precisa-se de muitas letras e para escrever o nome de objetos pequenos utiliza-se poucas letras para se obter mais palavras. O nível pré- silábico é dividido entre: silábico e silábico alfabético.

Silábico: A criança começa a entender que existe relação entre a escrita e a fala, relacionando uma grafia a cada sílaba, ou seja, para cada sílaba pronunciada escreve uma letra. Nesse nível a criança ainda utiliza o aspecto quantitativo e qualitativo.

Silábico Alfabético: É etapa onde a criança começa a escrever alfabeticamente algumas sílabas e para outras ainda permanecem silábico, momento que ocorre a transição do nível silábico para o alfabético. É nesse nível que alguns adultos usam o termo omissão de letras para a criança que está em

desenvolvimento e acréscimo de letras, pois está introduzindo mais letras do que o necessário.

Alfabético: Nesse nível a criança já domina a relação entre as letras, símbolos e sons. Relaciona as palavras com o som que ela produz, escreve de acordo com a pronúncia, porém apresenta erros e dificuldades na ortografia.

3.2 Dislexia e Alfabetização

Sendo um transtorno de aprendizagem relacionado à leitura e escrita, a dislexia geralmente é percebida na fase de alfabetização quando é notada pelas pessoas do convívio do aluno que o mesmo não acompanha ou não está no mesmo nível de aprendizagem da turma. Entretanto, Barbosa, Santana e Nascimento (2011) salientam que crianças disléxicas possuem o nível intelectual normal ou muitas vezes acima da média, não apresentando qualquer déficit sensorial ou neurológico.

Alunos disléxicos geralmente possuem um histórico de autoestima baixa, frustrações, sentimentos de menosprezo, humilhações. Sendo assim, cabe ao professor e equipe escolar ajudá-lo a superar esses sentimentos e reconstruir sua autoestima mostrando que ele é capaz como qualquer criança.

A Associação Nacional de Dislexia (2009) complementa que o educador ao trabalhar com um aluno disléxico exigirá mais esforço e disponibilidade para sua motivação do dia a dia do que aos demais alunos. É importante incentivá-lo a melhorar a confiança em si, valorizando no que ele é bom e gosta de fazer, ressaltar os acertos mesmo que sejam pequenos não enfatizando o erro, levar em conta o esforço do aluno atribuindo-lhe tarefas que lhe façam se sentir útil, falar abertamente sobre as dificuldades que o mesmo apresenta sem fazê-lo sentir como se fosse um problema e acima de tudo respeitar o ritmo de aprendizagem próprio desse alunado.

Faz-se necessário que o professor sabendo da presença de um disléxico dentro de sala de aula entenda que crianças com dislexia possuem um nível de aprendizagem diferente de um não disléxico, portanto é necessário evitar a esse aluno comparações com os colegas ou pressão em relação ao tempo de aprendizagem.

É função do docente enquanto transmissor do conhecimento buscar métodos e estratégias que estimulem e permitam a participação desse aluno dentro

de sala de aula, fazendo com que ele sintasse-se tão capaz quanto aos demais; afinal, a proposta de inclusão nas escolas trata-se exatamente disso, adaptar-se para atender a todos os alunos, visto que todos têm direito a mesma educação.

Conforme previsto por lei não há uma escola específica para esses alunos, recomenda-se uma adaptação curricular quando necessário:

Art.12- Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas mais comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I- Elaborar e executar sua Proposta Pedagógica; II- V- Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento. Art.13- A educação incumbir-se-ão de: III- Zelar pela aprendizagem dos alunos; IV- Estabelecer estratégia de recuperação para os alunos de menor rendimento. (BRASIL, 1996, p.2).

A AND (2009, p.1) ainda salienta que “alunos disléxicos podem ser bem sucedidos em uma classe regular. O sucesso dependerá do cuidado em relação à sua leitura e das estratégias usadas”.

Santos (2011) aponta algumas sugestões para auxiliar o desenvolvimento da aprendizagem da criança disléxica, como:

Nomear figuras, pronunciando lentamente sílaba por sílaba da palavra; identificar cada uma das sílabas e levar a criança à constatação de que uma mesma sílaba pode estar presente em diferentes palavras; realizar jogos de adivinhação de palavras que comecem com o mesmo som, destacando e prolongando os primeiros sons das palavras. A criança deve aprender a dar nomes para as letras individualmente. Não deve haver uma preocupação com o ensino da sequência do alfabeto, em primeiro momento o importante é saber nomear individualmente cada uma delas. Brincar com os sons que as letras podem fazer, associando aos jogos de análise dos fonemas e incentivar um jogo de correspondência da letra com o som que ela faz utilizando os alfabetos móveis são muito úteis para a concretização das atividades. Propor a escrita de outras palavras as quais contenham sílabas iguais às que a criança acabou de escrever e observar discretamente se ele fez as anotações da lousa e de maneira correta antes de apagá-la. (apud CARREIRA, 2016, p.24).

As atividades realizadas por esses alunos deverão ser monitorada continuamente pelo professor. Segundo a Associação Nacional de Dislexia (2009, p.1) o professor deverá:

- Certificar-se de que as tarefas de casa foram compreendidas e anotadas corretamente;
- Certificar-se de que seu aluno pode ler e compreender o enunciado ou a questão. Caso contrário, leia as instruções para ele;
- Levar em conta as dificuldades específicas do aluno e as dificuldades da nossa língua quando corrigir os deveres;
- Estimular a expressão verbal do aluno;
- Dar instruções e orientações curtas e simples que evitem confusões;
- Dar "dicas" específicas de como o aluno pode aprender ou estudar a sua disciplina;
- Orientar o aluno sobre como organizar-se no tempo e no espaço;
- Não insistir em exercícios de fixação repetitivos e numerosos, pois isso não diminui a sua dificuldade;
- Dar explicações de "como fazer" sempre que possível, posicionando-se ao seu lado;
- Utilizar o computador, mas certifique-se de que o programa é adequado ao seu nível. Crianças com dificuldade de linguagem são mais sensíveis às críticas, e o computador, quando usado com programas que emitem sons estranhos cada vez que a criança erra, só reforçará as idéias negativas que elas tem de si mesmas e aumentará sua ansiedade;
- Permitir o uso de gravador;
- Esquematizar o conteúdo das aulas quando o assunto for muito difícil para o aluno. Assim, a professora terá a garantia de que ele está adquirindo os principais conceitos da matéria através de esquemas claros e didáticos;
- "Uma imagem vale mais que mil palavras": demonstrações e filmes podem ser utilizados para enfatizar as aulas, variar as estratégias e motivá-los. Auxiliam na integração da modalidade auditiva e visual, e a discussão em sala que se segue auxilia o aluno organizar a informação. Por exemplo: para explicar a mudança do estado físico da água líquida para gasosa, faça-o visualizar uma chaleira com a água fervendo;
- Não insistir para que o aluno leia em voz alta perante a turma, pois ele tem consciência de seus erros. A maioria dos textos de seu nível é difícil para ele.

Em relação às avaliações a serem aplicadas a alunos disléxicos, a Associação Nacional de Dislexia (2009) sugere aos professores orientações, porque geralmente esses alunos apresentam problemas com provas ou testes, pois não conseguem ler e compreender o que está sendo solicitado nas questões, além do que apresentam dificuldades em escrever as respostas devido a escrita lenta, conseqüentemente não conseguem terminar dentro do tempo estimado.

Orienta-se que, ao elaborar, aplicar e corrigir as avaliações do aluno disléxico, leia as questões juntamente com o aluno, de forma que ele compreenda e interprete o que está sendo pedido na questão, dê a ele tempo necessário para fazer a prova sem apressá-lo, verificar as respostas e se necessário confirmar o que ele

quis dizer com o que escreveu anotando as respostas caso haja dúvida, expor ao aluno a disponibilidade em esclarecer possíveis dúvidas em relação a avaliação. No momento da correção é importante que o professor reconheça a produção do aluno mesmo com suas limitações, pois frases que aparentam não ter sentidos com palavras incompletas ou gramaticalmente erradas não significam que estejam sem conceitos. O docente também deve e pode optar por analisar a aprendizagem do aluno através de avaliações orais.

O essencial é identificar o problema e oferecer a criança métodos que não sejam desgastantes e desagradáveis e que facilitem a aprendizagem. A Associação Nacional de Dislexia (2009, p.1) aponta “se o disléxico não pode aprender do jeito que ensinamos, temos que ensinar do jeito que ele aprende”, de forma que possibilite a esse aluno uma oportunidade de crescimento.

4 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE NO TRABALHO COM O ALUNO DISLÉXICO

4.1 Diagnóstico Precoce

Pensar que a dislexia tem cura é um grande equívoco, ela pode melhorar tornando-se menor à medida que ocorra a intervenção e ensino adequado a esses alunos. Daí a importância do diagnóstico na vida da criança que apresenta este transtorno.

A Associação Brasileira de Dislexia (2006, p.2) menciona alguns sintomas:

Alguns sinais na Pré-escola:

- Dispersão;
- Fraco desenvolvimento da atenção;
- Atraso do desenvolvimento da fala e da linguagem
- Dificuldade de aprender rimas e canções;
- Fraco desenvolvimento da coordenação motora;
- Dificuldade com quebra-cabeças;
- Falta de interesse por livros impressos.

Alguns sinais na Idade Escolar:

- Dificuldade na aquisição e automação da leitura e da escrita;
- Pobre conhecimento de rima (sons iguais no final das palavras) e aliteração (sons iguais no início das palavras);
- Desatenção e dispersão;
- Dificuldade em copiar de livros e da lousa;
- Dificuldade na coordenação motora fina (letras, desenhos, pinturas etc.) e/ou grossa (ginástica, dança etc.);
- Desorganização geral, constantes atrasos na entrega de trabalho escolares e perda de seus pertences;
- Confusão para nomear entre esquerda e direita;
- Dificuldade em manusear mapas, dicionários, listas telefônicas etc.;
- Vocabulário pobre, com sentenças curtas e imaturas ou longas e vagas.

Segundo a ABD (2006) a etapa de diagnóstico de uma criança que apresenta sinais de DA é realizada quando há a necessidade de um laudo que auxilie pais e educadores e deve ser feito por uma equipe multidisciplinar composta por: psicólogo/neuropsicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo e se houver necessidade um neurologista, sendo um processo minucioso que requer tempo e paciência para que não haja diagnósticos errôneos e precipitados.

De acordo com o que aponta a ABD (2006) o passo inicial é a entrevista que é o momento onde a psicóloga ou neuropsicóloga ouvirá as queixas, o histórico do paciente, os problemas, assim verificando se o caso é suscetível à avaliação.

Inicialmente a avaliação é a primeira etapa para se descobrir intervenções que auxiliem e melhorem a vida do disléxico. Por meio da avaliação é possível fazer uma investigação visando entender a origem do problema, as possíveis causas, buscar a melhor forma de intervenção e fundamentar decisões que melhorem o desenvolvimento da criança em seus devidos espaços. Uma criança que apresenta DA é uma criança que precisa apenas de apoio especializado e não é incapaz. Para Guerra (2001) crianças com dificuldades de aprendizagem não são deficientes e nem incapaz, apenas apresentam dificuldade na aprendizagem. A criança é capaz de aprender mesmo com suas diferenças e basta ser motivada para que aconteça.

Teles (2004) complementa na suspeita de algum déficit ou dificuldade de leitura e escrita que é necessária a realização da avaliação e através da mesma é possível avaliar para diagnosticar, para reconhecer as dificuldades e as áreas para intervir. Esse processo pode ser realizado em qualquer idade, de forma em que os testes são aplicados de acordo com a mesma.

De acordo com a Associação Nacional de Dislexia (2009) após a aplicação dos testes são realizadas as coletas de dados, onde cada profissional envolvido avalia os dados obtidos; há então uma reunião onde ambas as partes expõem os resultados e é nesse momento que se definem os encaminhamentos de acordo com a necessidade da criança. Por fim, os pais são convocados por uma neuropsicóloga, onde serão informados sobre o resultado das avaliações e o delineamento das intervenções.

Portanto, é necessário o auxílio de uma equipe multidisciplinar especializada na vida de um disléxico e caso não aconteça, a dificuldade permanecerá até a vida adulta acarretando problemas que prejudicarão por toda sua vida acadêmica e social. O disléxico pode ter um futuro brilhante, basta apenas ser motivado da forma correta para que tal ação aconteça.

4.2 Intervenção Pedagógica

A partir do momento em que a criança é diagnosticada com dislexia é importante que todos os envolvidos na vida da criança tomem medidas cabíveis para a reeducação e melhor aprendizagem da mesma.

A intervenção da dislexia tem sido feita utilizando dois métodos: multissensorial e fônico. Enquanto o método multissensorial é indicado para crianças mais velhas, o método fônico é indicado para crianças mais novas no início da alfabetização.

Cita Serra (2012) o método multissensorial é utilizado em atividades que incluam o uso de duas ou mais habilidades sensoriais com o intuito de adquirir ou expressar informações. O aluno faz uma ligação entre as informações adquiridas, através dos olhos, mãos, voz, ouvidos, de forma que estabeleça a aprendizagem e promova o ensino da estrutura da linguagem.

De acordo com Alessandra Capovila (Associação Brasileira de Psicopedagogia):

[...] O método multissensorial busca combinar diferentes modalidades sensoriais no ensino da linguagem escrita às crianças. Ao unir as modalidades auditiva, visual, cinestésica e tátil, este método facilita a leitura e a escrita ao estabelecer a conexão entre aspectos visuais (a forma ortográfica da palavra), auditivos (a forma fonológica) e cinestésicos (os movimentos necessários para escrever aquela palavra). (CAPOVILA 2009 apud ANTÔNIO, 2009, p.7).

Conforme aponta Serra (2012, p.15) uma aula multissensorial deve respeitar os seguintes padrões:

A revisão dos sons e das letras anteriormente trabalhados; atividades de consciência fonética nos níveis apropriados; a revisão sistemática de palavras para a leitura oral; a incorporação de palavras em leitura separada de frases ou de pequenos parágrafos de texto com sentido, com base no que já foi abordado; a soletração de palavras por intermédio de ditado que refletem o mesmo padrão de letras; a introdução cuidadosa de novos conceitos, ligando-os aos conhecimentos prévios dos alunos através da aprendizagem pela descoberta; a escrita manual integrada de forma deliberada para ajudar a reforçar a memória dos sons e das formas das letras e para fomentar a automatização e a legibilidade da escrita; a leitura oral de narrativas e de textos expositivos com ênfase na exatidão e fluência usando materiais apropriados; o desenvolvimento de atividades

sobre estratégias para a compreensão e a composição e o ensino direto da expansão do vocabulário.

Serra (2012) ainda ressalta que uma aula multissensorial integra a fonologia, a consciência fonológica, o alfabeto, o reconhecimento das letras, a escrita, a leitura, a pronúncia, a fluência, o vocabulário, a compreensão, a composição e a avaliação, exigindo que as atividades propostas aos alunos sigam uma ordem e possuam tempo para duração, para que todos os componentes sejam incluídos. Também as atividades realizadas na aula, devem ser curtas, apresentando primeiro as tarefas mais fáceis e depois as mais difíceis.

O método fônico consiste em ensinar a correspondência entre fonema e grafema e desenvolver as habilidades metafonológicas. Segundo Capovilla (apud ALIOTO; PRADO, 2004, p.7):

Utiliza-se de atividades que desenvolvem rima, discriminação de sons, segmentação fônica e relações entre os fonemas e os grafemas, pois “as crianças disléxicas têm dificuldade em discriminar, segmentar e manipular de forma consciente, os sons da fala.

As atividades sistemáticas podem diminuir a dificuldade em discriminar, segmentar e manipular os sons. Sendo assim, Fernandes e Penna (2008) descrevem que a consciência fonológica devem ser ensinadas nas aulas de forma sistemática seguindo a sequência:

- Vogais: a, e, i, o, u; consoantes prolongáveis: f, j, m, n, v, z; consoantes que possuem mais de um som: l, s, r, x; consoantes mais difíceis de pronunciar: b, c, p, d, t, g, q; consoantes pouco utilizadas: k, w, y; - dígrafos: ch, nh, lh, rr, ss, gu, qu; letras de sons irregulares: e, g, r, s, l, m, x, ç; encontros consonantais (FERNANDES; PENNA, 2008, p.44).

O autor ainda ressalta que as letras devem ser ensinadas nas formas maiúsculas, minúsculas, de forma e cursiva, sendo que as atividades sejam planejadas de forma lúdica para que se torne interessante à criança.

Cabe ressaltar que é importante analisar e verificar qual o melhor método a ser utilizado com o aluno disléxico que apresenta dificuldades na leitura e escrita, pois só pode haver sucesso na vida desse discente caso seja adotado um método de ensino e intervenção diferenciado.

4.3 Formação Continuada

Espera-se que o docente seja capaz de desenvolver em seus alunos a superação dos efeitos causados pela dislexia e que seja capaz de vê-los como únicos e importantes. Portanto para uma prática de educação inclusiva, é necessário o redirecionamento do papel do professor dentro de sala de aula.

A graduação não é o bastante para capacitar plenamente o docente, a formação continuada é um complemento com novas concepções para a transformação e superação dos desafios dentro da escola. Segundo Shigunov Neto e Maciel (2002 apud CHIMENTÃO, 2010), para acompanhar as mudanças que ocorrem dentro do ambiente escolar, é necessário um novo profissional, um que repense sobre as estratégias de ensino, que seja crítico em relação as práticas pedagógicas trabalhadas e que esteja sempre preocupado com a formação continuada.

Conforme aponta França (2012, p.21):

Como o próprio nome diz a formação continuada precisa ser constante ao longo de toda a carreira do professor. O docente necessita refletir sobre sua ação pedagógica porque o professor de crianças disléxicas precisa além de competências, habilidade, equilíbrio emocional é ter consciência que mais importante que o desenvolvimento intelectual é o desenvolvimento humano sabendo respeitar as diferenças acima de tudo.

Werneck (2008, p.105) aponta que “grande porcentagem dos educadores de hoje tem uma postura inconsciente e alheia à percepção e ao conhecimento da criança em sua totalidade”. Sendo assim, o educador precisa ter conhecimento em relação ao processo de aprendizagem de uma criança disléxica. Buscar capacitação para conhecer sobre a dislexia, as causas, como é feito o diagnóstico, como trabalhar com esses alunos dentro de sala de aula; é essencial para que o trabalho com esses discentes seja significativo, de forma que amenize sua condição.

Afinal, a necessidade de preparação adequada de professores está assegurada por lei, na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 no artº 59, inciso III:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL, 1996, p.5).

Acima de tudo é importante que o docente se capacite para que esteja preparado para trabalhar com todos os alunos, independente de qual seja a dificuldade encontrada dentro de sala de aula. A qualificação oferecida pela formação continuada torna o professor capaz de se adaptar às diversas mudanças do campo educacional, pois são as atitudes dele que definirão se o aluno atingirá o fracasso ou sucesso escolar.

5 METODOLOGIA

Segundo Fonseca (2002 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009) metodologia é a organização dos caminhos que serão trilhados durante a pesquisa.

Nesse trabalho foi abordada a pesquisa qualitativa. Gerhardt e Silveira (2009) apontam que a pesquisa qualitativa não se preocupa com os números da pesquisa, mas sim com a qualidade e o aprofundamento da mesma, pois os dados pesquisados são suscitados e de interação, feitos a partir de diferentes abordagens.

Bogdan e Biklen (1982 apud LUDKE; ANDRÉ, 1986) complementam que a pesquisa qualitativa tem como principal instrumento o pesquisador, dispondo o contato do mesmo com o que está sendo estudado.

O presente trabalho trata da dislexia como um dos entraves da educação nas escolas, tendo como problema de pesquisa quais sintomas e formas de sanar a dislexia durante o processo educativo desses alunos. Com objetivo de discutir a dislexia como sendo um dos entraves educacionais que comprometem a capacidade de ler, de entender as palavras manuscritas ou impressas, de escrever e de soletrar palavras.

5.1 Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental I da rede pública municipal. A instituição é considerada porte médio e tem o horário de funcionamento das 07h 30min da manhã as 16h 30min da tarde, funcionando em tempo integral. A escola será denominada "A".

A escola A possui as seguintes características: nove salas de aula, sendo divididas em (uma sala de Pré I, uma sala de Pré II, uma sala de 1º ano, uma sala de 2º ano, uma sala de 3º ano, uma sala de 4º ano e três salas de 5º ano), uma biblioteca, uma sala de recurso, uma sala de informática, duas salas da equipe pedagógica, sendo uma da coordenação e uma da direção, secretaria, sala dos professores, uma cozinha, um refeitório, quatro banheiros, sendo um masculino, um feminino, um especificamente para os professores e um para acessibilidade, um banheiro para merendeiras e serviço gerais. Essa instituição atende aproximadamente 250 alunos.

5.2 Participantes da Pesquisa

Os participantes da pesquisa de ambas as escolas foram: as professoras regentes do 1º, 2º,3º,4º,5º ano do Ensino Fundamental I, de uma escola municipal da rede pública situada em uma cidade no norte do Paraná.

5.3 Instrumento

De acordo com Gil (1999 apud CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2011) o questionário pode ser definido como um instrumento de investigação composto por várias questões que tem por finalidade investigar opiniões sobre determinado assunto.

Na formulação das questões:

- a) As perguntas devem ser formuladas de maneira clara, concreta e precisa; b) deve-se levar em consideração o sistema de preferência do interrogado, bem como o seu nível de informação; c) a pergunta deve possibilitar uma única interpretação; d) a pergunta não deve sugerir respostas; e) as perguntas devem referir-se a uma única ideia de cada vez (GIL, 1999 apud CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2011, p.12).

Segundo os autores mencionados, os questionários podem ser elaborados a partir de perguntas abertas e perguntas fechadas. As perguntas abertas permitem ao informante liberdade para expor sua opinião em suas respostas escritas. Já as perguntas fechadas são organizadas a partir de alternativas específicas limitando o participante nas respostas, podendo ser perguntas dicotômicas ou múltipla escolha. Quanto ao número de questões, o questionário deverá ser elaborado com um número de alternativas necessárias e suficientes para as respostas que se pretende alcançar.

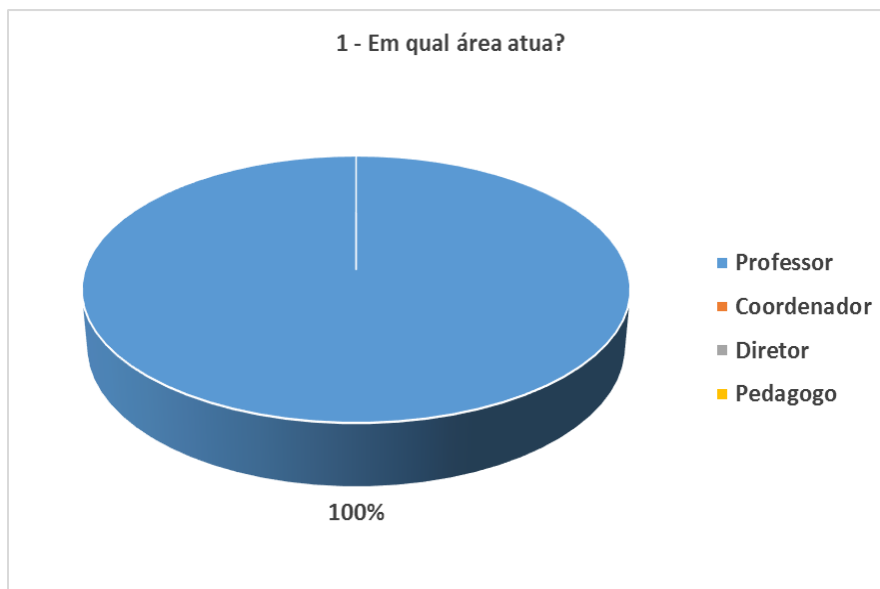
O instrumento escolhido para a presente pesquisa foi o questionário, composto por perguntas fechadas dicotômicas e múltipla escolha que abordam a formação, a vivência e o que o docente sabe sobre a dislexia.

5.4 Procedimento de Pesquisa

O questionário foi entregue a equipe pedagógica da escola A, o qual foi repassado às professoras participantes da pesquisa. Os mesmos tiveram o prazo de 4 (quatro) dias para responderem. Após o prazo estipulado o instrumento utilizado para a coleta de dados foi recolhido pela pesquisadora para a análise.

6 ANÁLISE DE DADOS

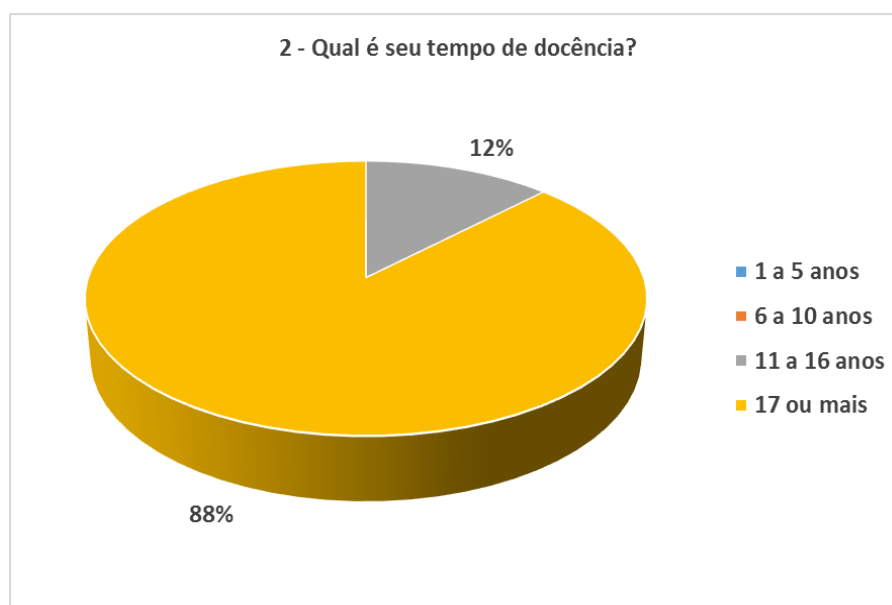
Gráfico 1 - Em qual área atua?



Fonte: Autora do trabalho, 2017.

O gráfico 1 refere-se aos dados obtidos na questão 1 do questionário “O que você sabe sobre dislexia?”, aplicado aos professores regentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, de uma escola pública municipal. Conforme apontam os dados, 100% dos professores participantes da pesquisa atuam na área da docência dentro da escola.

Os professores possuem uma vasta extensão de conhecimentos práticos e teóricos que contribuem para sua atuação no dia a dia da prática docente dentro de sala de aula. Segundo Vasconcelos (2003) ao professor cabe a colaboração na formação do discente em sua totalidade, tendo como intermédio principal o conhecimento visando a autonomia humana do seu aluno.

Gráfico 2 - Qual é seu tempo de docência?

Fonte: Autora do trabalho, 2017.

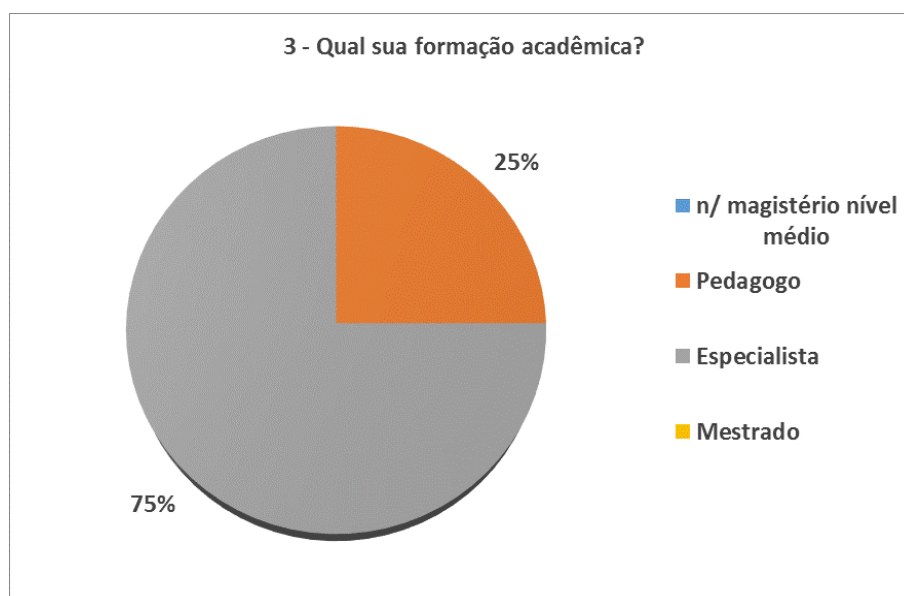
O gráfico 1 refere-se aos dados obtidos na questão 2 do questionário “O que você sabe sobre dislexia?”, aplicado aos professores regentes dos anos iniciais do ensino fundamental I, de uma escola pública municipal. Conforme aos dados constados nos gráficos, 88% professores atuam na área da docência há 17 anos ou mais e 12% entre 11 e 16 anos.

Pesquisadores como Marcelo (1999), Cavaco (1993) e Tardif (2002) consideram o início da carreira como o período potencialmente problemático, tendo em vista as implicações que essa fase tem para o futuro profissional em termos de autoconfiança, experiência e identidade profissional. Considera-se que é nos primeiros anos de prática profissional que o professor desenvolve o seu estilo pessoal de trabalho.

Sem uma adequada formação os professores terão dificuldade de contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento de uma escolarização mais adequada e a redução dos índices de evasão e reprovação. Daí a necessidade de programas de formação continuada que visem proporcionar novas aprendizagens e interlocuções desses profissionais. Em se tratando do período inicial da carreira dos professores, essas preocupações se acentuam em razão de as instituições formadoras e os

sistemas de ensino em sua maioria não darem muita atenção a essa etapa da vida profissional.

Gráfico 3 - Qual sua formação acadêmica?



Fonte: Autora do trabalho, 2017.

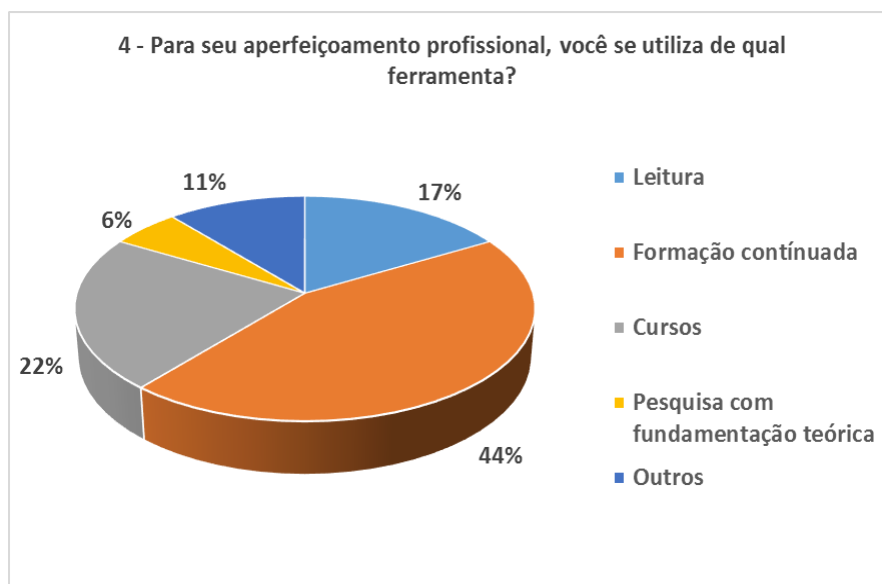
O gráfico 3 refere-se aos dados obtidos na questão 3 do questionário “O que você sabe sobre dislexia?”, aplicado aos professores regentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, de uma escola pública municipal. Conforme os resultados constados no gráfico, 75% dos professores são especialistas e 25 % docentes são pedagogos.

Nada substitui um bom professor. A frase do renomado professor universitário e reitor da Universidade de Lisboa, António Nóvoa, exemplifica o que os estudos e as pesquisas indicam: o aluno aprende mais com professores que levam consigo um consistente repertório cultural, pedagógico e metodológico e que sejam apaixonados pela profissão e acreditem nas potencialidades dos estudantes.

Não há excelência acadêmica sem a premissa da qualificação dos profissionais. E os professores têm papel de destaque, pois são eles que estão à frente das aulas, entusiasmando, motivando, orientando e ensinando os alunos. E

também é na sala de aula onde as relações de confiança, respeito e cumplicidade determinam um aprendizado efetivo.

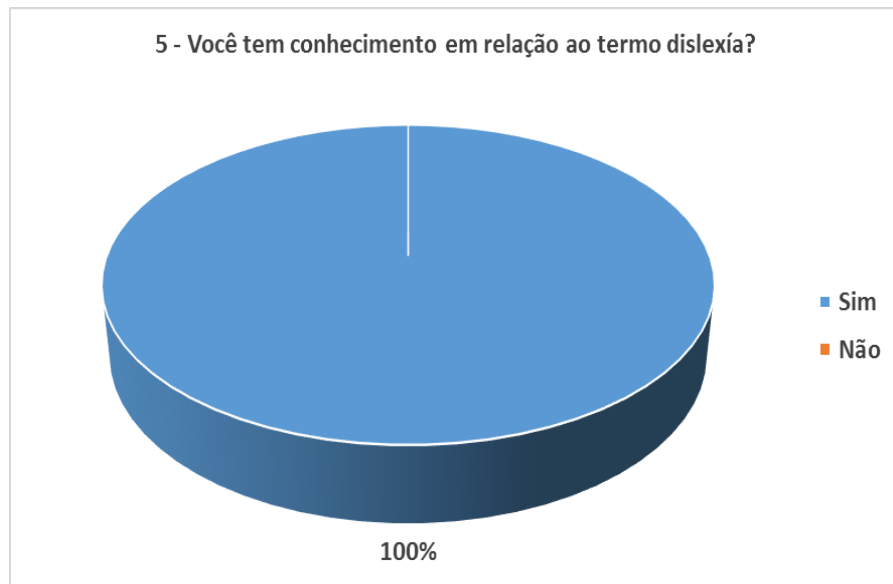
Gráfico 4 - Para seu aperfeiçoamento profissional, você se utiliza de qual ferramenta?



Fonte: Autora do trabalho, 2017.

O gráfico 4 refere-se aos dados obtidos na questão 4 do questionário “O que você sabe sobre dislexia?”, aplicado aos professores regentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, de uma escola pública municipal. Conforme apontam os dados, dentre os 8 professores participantes da pesquisa, 17% utilizam como ferramenta para seu aperfeiçoamento profissional a leitura, 44% se aperfeiçoam através de formação continuada, 22% utilizam-se de cursos, 6% de pesquisa com fundamentação teórica e 11% utilizam como ferramenta outros meios.

Para Franco, Miguel e Cardoso (2014) buscar aperfeiçoamento profissional proporciona transformações significativas na vida do professor e principalmente do aluno que apresenta alguma limitação e reafirma também a identidade profissional do docente e a redescoberta do seu papel dentro dos muros escolares.

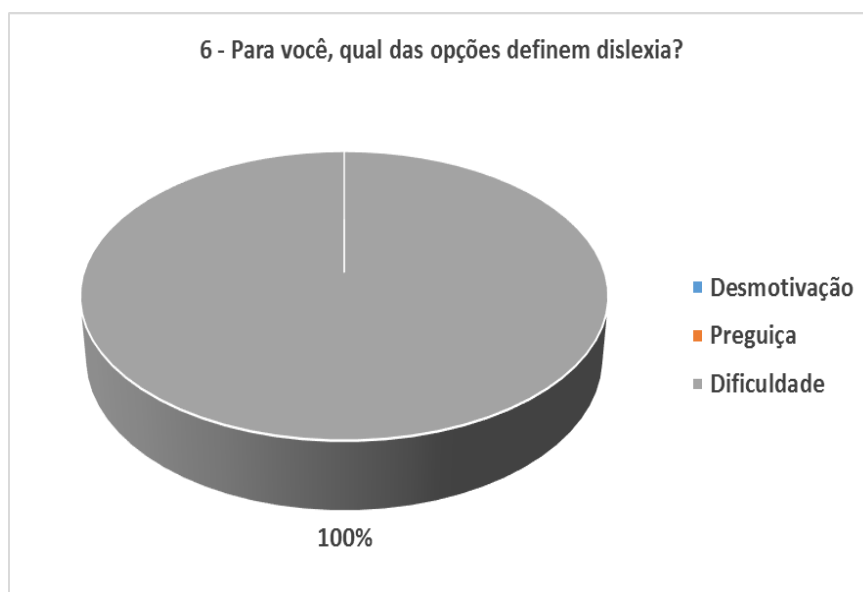
Gráfico 5 - Você tem conhecimento em relação ao termo dislexia?

Fonte: Autora do trabalho, 2017.

O gráfico 5 refere-se aos dados obtidos na questão 5 do questionário “O que você sabe sobre dislexia?”, aplicado aos professores regentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, de uma escola pública municipal. De acordo com os dados presentes no gráfico, 100% professores responderam que possuem conhecimento em relação ao termo dislexia.

Conforme Frank (2003 apud TITONI, 2010) é importante que professores busquem informações em relação a essa dificuldade, pois ao receber um aluno com dislexia, o mesmo só poderá ser auxiliado se o docente possuir o conhecimento para conduzi-lo de forma correta.

Evans (2006) complementa que a falta de entendimento do professor em relação ao termo, impede-o de identificar e ajudar o aluno disléxico. Logo, é importante que o educador compreenda que a dislexia é um transtorno de aprendizagem na linguagem, que pode afetar a criança em idade escolar.

Gráfico 6 - Para você, qual das opções definem dislexia?

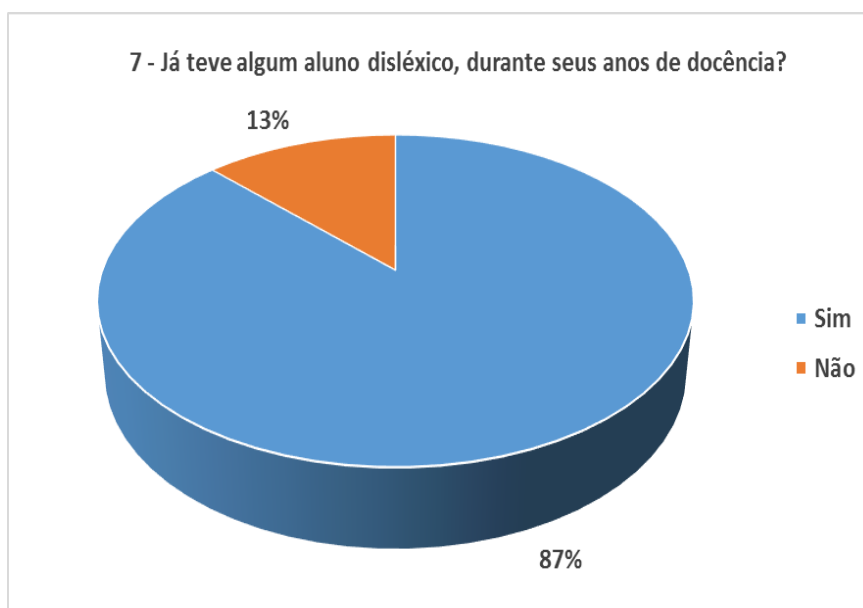
Fonte: Autora do trabalho, 2017.

O gráfico 6 refere-se aos dados obtidos na questão 6 do questionário “O que você sabe sobre dislexia?”, aplicado aos professores regentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, de uma escola pública municipal. Segundo os dados descritos no gráfico, 100% dos professores definem a dislexia como uma dificuldade.

Sobre a definição da dislexia, Ciasca e Rodrigues (2006, p.1) complementam:

A dislexia é um transtorno específico de aprendizagem, de origem neurológica. Acomete pessoas de todas as origens e nível intelectual e caracteriza-se por dificuldade na precisão (e/ou fluência) no reconhecimento de palavras e baixa capacidade de decodificação e de soletração.

A Associação Brasileira de Dislexia (2006 apud Evans 2006) ainda salienta que a dislexia é uma dificuldade de aprendizagem que interfere no processo fonoaudiológico e relaciona-se geralmente com dificuldades na leitura, escrita e conseqüentemente na soletração.

Gráfico 7 - Já teve algum aluno disléxico, durante seus anos de docência?

Fonte: Autora do trabalho, 2017.

O gráfico 7 corresponde aos dados obtidos na questão 7 do questionário “O que você sabe sobre dislexia?”, aplicado aos professores regentes dos anos iniciais do ensino fundamental I, de uma escola pública municipal. Segundo constam os dados no gráfico, 87% dos professores durante seus anos de docência tiveram alunos disléxicos, e apenas 13 % dos educadores no decorrer de sua carreira profissional não tiveram em sala de aula discentes com dislexia.

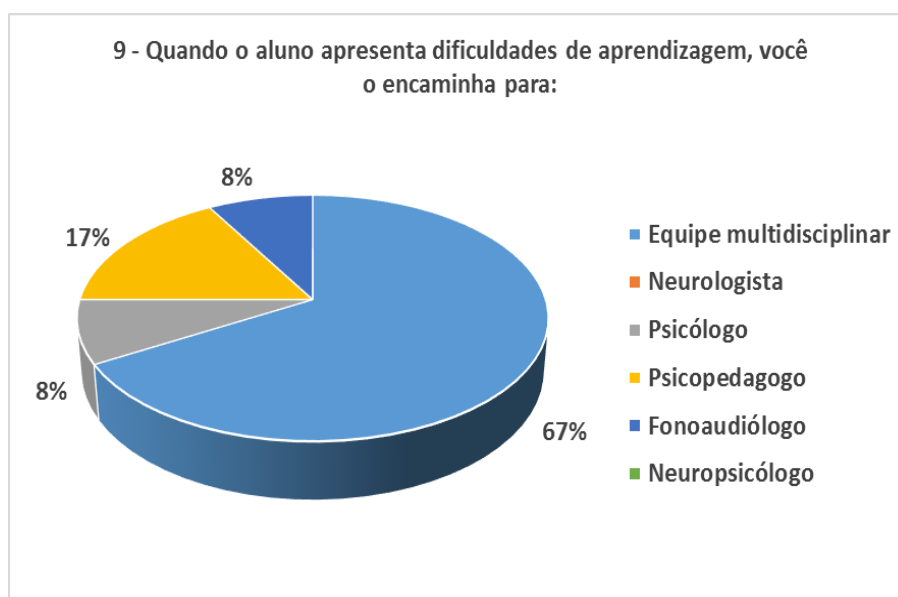
Gráfico 8 - Hoje em dia, possui algum aluno disléxico no contexto escolar de sua atuação?



Fonte: Autora do trabalho, 2017.

O gráfico 8 é referente aos dados obtidos na questão 8 do questionário “O que você sabe sobre dislexia?”, aplicado aos professores regentes dos anos iniciais do ensino fundamental I, de uma escola pública municipal. De acordo com os dados apontados no gráfico, atualmente 50% dos professores possuem dentro de sala aluno disléxico, e os outros 50% dos docentes participantes da pesquisa não possuem em sala aluno com dislexia.

Gráfico 9 - Quando o aluno apresenta dificuldade, você o encaminha para?



Fonte: Autora do trabalho, 2017.

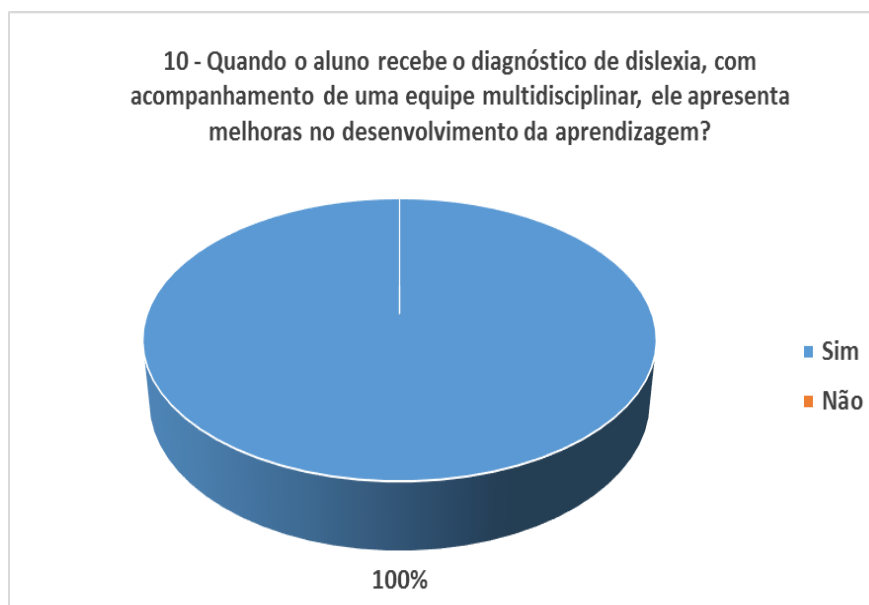
O gráfico 9 é referente aos dados obtidos na questão 9 do questionário “O que você sabe sobre dislexia?”, aplicado aos professores regentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, de uma escola pública municipal. De acordo com os dados descritos no gráfico, 67% dos professores quando notam que possuem dentro de sala aluno com dislexia o encaminha para uma equipe multidisciplinar, 8% para psicólogo, 17% para o psicopedagogo e 8% para um fonoaudiólogo.

Logo, a respeito do encaminhamento, Soares et al (2010, p.6) apontam que a ABD considera:

Que a dislexia deve ser diagnosticada por uma equipe multidisciplinar, a fim de realizar um acompanhamento mais efetivo das dificuldades após o diagnóstico, direcionando-o às particularidades de cada indivíduo, levando a resultados mais concretos.

Varella (2011) complementa que o diagnóstico de uma criança com dislexia é feito por uma equipe multidisciplinar, composta por: psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, neurologista, entre outros profissionais.

Gráfico 10 - Quando o aluno recebe o diagnóstico com acompanhamento de uma equipe multidisciplinar, ele apresenta melhoras?



Fonte: Autora do trabalho, 2017.

O gráfico 10 é referente aos dados obtidos na questão 10 do questionário “O que você sabe sobre dislexia?”, aplicado aos professores regentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, de uma escola pública municipal. A partir das informações constadas no gráfico, 100% dos professores participantes da pesquisa que atuam dentro de sala de aula, acreditam que quando há o acompanhamento da equipe multidisciplinar, o aluno apresenta melhoras na aprendizagem.

Deuschle e Cechella (2009) relatam que o diagnóstico e a avaliação da dislexia feitos por uma equipe multidisciplinar são necessários para buscar e determinar estratégias de intervenção. Logo, crianças e adolescentes disléxicos podem alcançar o sucesso e apresentar melhoras na vida escolar, bem como ter atividades profissionais apoiadas na leitura e na escrita a partir de apoio e estratégias diferenciadas realizadas com os mesmos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa para coletar dados a respeito da dislexia. A pesquisa teve como problema de pesquisa investigar se a dislexia constitui-se em um dos entraves educacionais que comprometem a capacidade de ler, entender as palavras manuscritas ou impressas, de escrever e soletrar palavras. Acerca da pesquisa bibliográfica, definiu-se o que é dislexia, as principais formas de sanar essa dificuldade, abordando ainda a importância da qualificação profissional e a formação continuada no diagnóstico e na intervenção durante o processo educativo do disléxico.

Todavia, percebe-se diante desse trabalho que a mesma é uma dificuldade que pode ser amenizada à medida que a intervenção aconteça da forma correta. São diversas as metodologias e caminhos, as quais educadores podem se apropriar para trabalhar e melhorar a vida de um disléxico após o diagnóstico; daí a necessidade da formação continuada na vida do docente para saber lidar diante de uma situação como essa. Sendo assim, as intervenções devem ser indispensáveis e eficientes.

O que faz a diferença na vida de um disléxico é a forma que essa dificuldade é olhada e tratada pelas pessoas que o rodeiam. Para isso a pesquisa qualitativa desse trabalho teve como objetivo identificar o quanto os docentes sabem sobre essa dificuldade.

Pode-se analisar que os educadores participantes dessa pesquisa tem conhecimentos em relação a dislexia e sabem o que fazer quando se deparam com um educando disléxico dentro de sala de aula, apropriando-se ainda de diversos mecanismos para estarem aptos a trabalhar com esses alunos.

Através dessa pesquisa, pode-se concluir que a dislexia é um dos entraves educacionais, pois é um distúrbio de aprendizagem que afeta o processo de aquisição da leitura e conseqüentemente a escrita e soletração que faz com que muitas pessoas desistam da vida escolar, mas que apresentam melhoras quando existe o conhecimento por parte dos professores em relação ao termo, o encaminhamento precoce e a intervenção.

Ser disléxico é ser um pouco de Van Gogh, Einstein, Picasso, Da Vinci, Alexander Graham Bell, Thomas Edison, Darwin. (Oliveira 2013). Cabe a nós, sabermos ser bons educadores, fazer a diferença e oferecer uma educação de qualidade, de forma que tornem esses alunos pessoas brilhantes independente da particularidade que os cercam.

REFERÊNCIAS

ANTÔNIO, Viviane Pasold. **A Dislexia e o professor do 2º ano do Ensino Fundamental**. 2009. Disponível em :< <http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC33810040851.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA. **Dislexia**. 2006. Disponível em:< <http://www.dislexia.org.br/>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

_____. **Sugestões para professores**. 2009. Disponível em: < <http://www.andislexia.org.br/>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

BARBOSA, Monica Gomes de Sá. **Os avanços da educação especial ao longo da história da segregação à inclusão**. 2013. Disponível em: < <http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/avancos-educacao-historia-segregacao-inclusao/avancos-educacao-historia-segregacao-inclusao.pdf> >. Acesso em: 27 nov. 2016.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: Unesco, 1948. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9394/96**. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 22 nov. 2016.

_____. **Lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001**: Plano Nacional de Educação. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 22 nov. 2016.

_____. **Lei n. 13.146 de 13 de julho de 2015**: Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 22 nov. 2016.

_____. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. **Constituição Federal de 1988**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 abr. 2017.

_____. Ministério da Educação. 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

CANADÁ. **Declaração Internacional de Montreal Sobre Inclusão**. Montreal: [s.n.], 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.

CARREIRA, Fátima Kledir do Nascimento. **Reflexões sobre a dislexia e o papel do professor**. 2016. Disponível em: <[http://www.repositorio.uff.br/.](http://www.repositorio.uff.br/)> Acesso em: 26 mar. 2017.

CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

CAVACO, M. H. Ofício de professor: o tempo e as mudanças. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão Professor**. Portugal: Porto, 1995. p.84-107.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. 2009. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. **O sentido da formação continuada docente**. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigoconoral2.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

CIASCA, Sylvia Maria; RODRIGUES, Sônia das Dores. Dislexia na escola: identificação e possibilidades de intervenção. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v.33, n.100, abr. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862016000100010>. Acesso em: 3 mar. 2017.

CORREIA, L. M. **Dificuldades de Aprendizagem Específicas**: Contributos para uma definição portuguesa. Porto Alegre: Porto, 2008. (Impacto Educacional).

DEUSCHELE, Vanessa Panda; CECHELLA, Cláudio. O déficit em consciência fonológica e sua relação com a dislexia: Diagnóstico e Intervenção. **Rev CEFAC**. Rio Grande do Sul, v.11, n. 2, jan., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v11s2/16-08>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

DUARTE, Karina; ROSSI, Karla; RODRIGUES, Fabiana. **O Processo de Alfabetização da Criança Segundo Emílio Ferreira**. 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/aprocesso_alfab_ferreiro.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2017.

EVANS, Julianna Santiago. **Um estudo sobre a dislexia**. 2006. Disponível em: <<http://www.calem.ct.utfpr.edu.br/monografias/JullianaEvans.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

FÁVERO, E. A. G. Educação Especial: tratamento diferenciado que leva à inclusão ou exclusão de direitos?. In: FÁVERO, E. A. G., PANTOJA, L. M. P.; MANTOAN, M. T. E. **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientação pedagógica**. Brasília, DF: SEESP/SEED/MEC, 2007. p.13-22.

FERNANDES, R. A.; PENNA, J. S. Contribuições da psicopedagogia na alfabetização dos disléxicos. **Revista Terceiro Setor**, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://revistas.ung.br/index.php/3setor/article/view/400/485>>. Acesso em: 01 abr. 2010.

FERREIRA, Iris Carla Macedo. Dificuldade de Aprendizagem: uma análise da dislexia. 2015. Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/TCC2015/Iris_Carla_Macedo_Ferreira.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2016.

FERREIRA, Lúcia Gracia. **Duas visões psicopedagógicas sobre o fracasso escolar**. 2008. Disponível em: <epsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862008000200006>. Acesso em: 23 fev. 2017.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2001.

FRANÇA, Margarida Lopes de. **A importância da formação docente no trabalho com disléxico**. 2012. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/C206878.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2017.

FRANCO, Aldo Sholl; MIGUEL, Ana Carolina; CARDOSO, Fabrício. **A importância do treinamento e capacitação dos professores e profissionais da educação para o ensino infantil**. 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/programas/primeira-infancia/artigos/artigos-ano-2014/a-importancia-do-treinamento-e-capacitacao-dos-professores-e-profissionais-da-educacao-para-o-ensino-infantil-alfred-sholl-franco-anna-carolina-miguel-e-fabricio-cardoso-ano-2014>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila. **Inclusão Escolar: O desafio de uma Educação para Todos**. 2012. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/ritamono-grafia.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores: Para uma mudança educativa**. Porto: Porto, 1999.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

GRIGORENKO, Elena L.; STERNBERG, Robert J. **Crianças Rotuladas - O que é** Necessário Saber sobre as Dificuldades de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GUERRA, L. B.; PEREIRA, A. H.; LOPES, M. Z. **Neuroeduca** – inserção da neurobiologia na educação. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 7, Belo Horizonte, 2004.

GUERRA, L. B. **A criança com dificuldades de aprendizagem**. Rio de Janeiro: Enelivros, 2001.

IANHEZ, Maria Eugênia; NICO, Maria Ângela. **Nem sempre é o que parece**: como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares. São Paulo: Elsevier, 2002.

KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; GREBB, J. A. **Compêndio de psiquiatria**: Ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 7.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

KRIEGER, Maria da Graça Taffarel et al. **Psicodinâmica da Aprendizagem**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

LA ROSA, J. **Psicologia e Educação**: o significado do aprender. 6.ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EOU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Edson; SPECHELA, Luana Cristine. **A importância do Letramento na alfabetização**. 2012. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n3/6%20ARTIGO%20LUANA.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

MARTINS, L. A. R. Por uma escola aberta às necessidades do aluno. **Temas sobre Desenvolvimento**, São Paulo, v.10, n.55, 1999.

MORAES, Deisy Nara Machado. **Diagnóstico e Avaliação Psicopedagógica**. 2010. Disponível em: <http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/203_1.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2017.

MOUSINHO, Renata. **Conhecendo a Dislexia**. 2004. Disponível em: <<http://www.fonolexus.com.br/upload/dislexia.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

NASCIMENTO, Raquel T. A. do; SANTANA, Tatiany B. de; BARBOSA, Anna Carolina C. A intervenção psicopedagógica é eficiente em criança com dislexia do desenvolvimento? **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, p.1-11, jul., 2011. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/artigos/121.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2015,

NOGUEIRA, Silvana da Silva; SILVA, Priscila Cavalcante. 2014. **O processo de aquisição da língua escrita: fundamentado em Emilia Eerreiro e Ana Teberosky.** Disponível em: <
http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade_2datahora_25_05_2014_18_21_22_idinscrito_449_1fe05d4003b758754f391f52f0020681.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2017.

NÓVOA, Antônio. Entrevista com o educador português Antônio Nova. 2012. **Revista Nova Escola.** Disponível em:
<https://novaescola.org.br/conteudo/212/entrevista-educador-portugues-antonio-nova>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

OLIVER, Lou de. **Distúrbios de aprendizagem e de comportamento.** Rio de Janeiro: Wak. 2008.

PAIN, S. **Diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

PONTAROLO, Regina Sviech. **A relação da auto-estima com o fracasso escolar.** 2008. Disponível em: <
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1712-8.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2016.

PRADO, Elisa; ALIOTO, Olavo Egídio. **Estratégias na alfabetização de crianças disléxicas.** 2011. Disponível em:< <http://famesp.com.br/novosite/wp-content/uploads/2011/12/artigo8.pdf?9d7bd4>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

ROTTA, Newra Tellecha et al. **Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

SERRA, Susana Cristina Pessoa. **O método multissensorial no caso português: Uma abordagem possível?.** 2012. Disponível em:<
<https://run.unl.pt/bitstream/10362/9372/1/susanaserra.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldade de aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOARES, Helenice Maria Abrantes et al. Diagnóstico Precoce da Dislexia: Importância da Equipe Multidisciplinar. **R. Min. Educ. Fís.**, Viçosa, n.5, p.209-218, 2010. Disponível em:<
<http://www.revistamineiradeefi.ufv.br/artigos/arquivos/8b60799424605af0dddc08b886a3fc93.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

SOUZA, Evelyn Saunite; MIRANDA, Maria de Jesus Cano. **Reflexões a respeito do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e suas implicações no contexto escolar.** 2013. Disponível em:
http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/10136_5085.pdf. Acesso em: 22 nov. 2016.

TAILÂNDIA. Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos. [S.l.]: Unesco: Jomtien:1990. Disponível em:<
<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TEIXEIRA, Gustavo. **Transtornos Comportamentais na Infância e Adolescência**. Rio de Janeiro: Rubio, 2006.

TELES, P. Dislexia: Como Identificar? Como Intervir? **Revista Portuguesa de Clínica Geral.**, v.20, n.5, p.713-730, 2004. Disponível em: <
http://www.aevagos.edu.pt/pluginfile.php/1718/mod_resource/content/1/Dislexia.pdf. Acesso em: 10 mar. 2017.

TITONI, Cátia Cilene da Silveira. **Dislexia na Educação Escolar: técnicas e metodologias para trabalhar com o aluno disléxico**. 2010. Disponível em: <
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/39540/000823342.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

VARELLA, Dráuzio. **Dislexia**. 2011. Disponível em: <
<https://drauziovarella.com.br/doencas-e-sintomas/dislexia/>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

VASCONCELLOS, C. S. **Para onde vai o professor?** Resgate do professor como sujeito e transformação. São Paulo: Libertad, 2003. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142006000100005. Acesso em: 3 mar. 2017.

WERNECK, Hamilton. **Professor: agente da transformação**. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

APÉNDICE

APÊNDICE A - Modelo de questionário**QUESTIONÁRIO****O que você sabe sobre dislexia?**

Nome: _____

Série que leciona: _____

Escola: _____

1- Em qual área atua?

- professor
- coordenador
- diretor
- pedagogo

2- Qual é seu tempo de docência?

- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- 11 a 16 anos
- 17 ou mais

3- Qual sua formação acadêmica?

- n/magistério nível médio
- pedagogo
- especialista
- mestrado
- doutorado

4- Para seu aperfeiçoamento profissional, você se utiliza de qual ferramenta?

- leitura
- formação continuada
- cursos
- pesquisa com fundamentação teórica
- outros

5-Você tem conhecimento em relação ao termo dislexia?

- sim
- não

6- Para você, qual das opções definem dislexia?

- desmotivação
- preguiça
- dificuldade

7- Já teve algum aluno disléxico, durante seus anos de docência?

sim

não

8- Hoje em dia, possui algum aluno disléxico no contexto escolar de sua atuação?

sim

não

9- Quando o aluno apresenta dificuldades de aprendizagem, você o encaminha para:

equipe multidisciplinar

neurologista

psicólogo

psicopedagogo

fonoaudiólogo

neuropsicólogo

10- Quando o aluno recebe o diagnóstico de dislexia, com acompanhamento de uma equipe multidisciplinar, ele apresenta melhoras no desenvolvimento da aprendizagem?

sim

não